



ISSN: 2230-9926

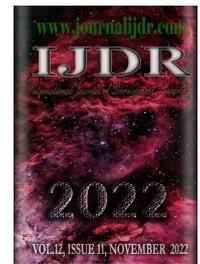
Available online at <http://www.journalijdr.com>

# IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 12, Issue, 11, pp. 60027-60033, November, 2022

<https://doi.org/10.37118/ijdr.25643.11.2022>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

## ABORDAGENS DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

Magda Pereira dos Santos\*<sup>1</sup> and Emerson Gervásio de Almeida<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Catalão, Goiás, Brasil; <sup>2</sup>Docente Doutor no Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Catalão, Goiás, Brasil

### ARTICLE INFO

#### Article History:

Received 24<sup>th</sup> August, 2022

Received in revised form

20<sup>th</sup> September, 2022

Accepted 29<sup>th</sup> October, 2022

Published online 30<sup>th</sup> November, 2022

#### Key Words:

Avaliação; Assistência  
Estudantil; Ensino Superior; PNAES.

#### \*Corresponding author:

Magda Pereira dos Santos

### ABSTRACT

Realizou-se, neste artigo, revisão integrativa da literatura de avaliação de políticas públicas, como objetivo de sistematizar o conhecimento acerca das abordagens de avaliação que vêm sendo utilizadas pelas Instituições de Ensino Superior no Brasil, focalizando nas ações financiadas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Para isso, foram selecionadas pesquisas originais publicadas nos últimos cinco anos nas bases de dados da *Capes*, *SciELO* e *Web of Science*. Nestes repositórios, utilizou-se os descritores *avaliação* e *assistência estudantil*, sendo que, após verificação de atendimento aos critérios de inclusão, o resultado dessa etapa culminou na coleta e leitura minuciosa de oito artigos; os quais foram selecionados para extração dos dados. Deste modo, verificou-se a utilização das abordagens de avaliação de resultado e avaliação de impacto e pesquisa do tipo documental. A totalidade dos estudos foi conduzida em momento *ex post*.

Copyright © 2022, Magda Pereira dos Santos and Emerson Gervásio de Almeida. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Magda Pereira dos Santos and Emerson Gervásio de Almeida. "Abordagens de avaliação das ações de assistência estudantil em Instituições Federais de Ensino Superior", *International Journal of Development Research*, 12, (11), 60027-60033.

## INTRODUCTION

Uma política pública surge para sanar um problema social relevante. Logo, elas correspondem ao conteúdo concreto e ao conteúdo simbólico das decisões políticas e, simultaneamente, ao processo de construção e atuação dessas deliberações (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019). Assim, são consideradas como importantes instrumentos de mudança da realidade de um determinado público, uma vez que movimentam um montante vultoso de recursos públicos. No âmbito do Ensino Superior brasileiro, o qual importa a esta revisão, houve várias políticas de expansão e democratização de acesso a este importante nível de formação, especialmente nas duas últimas décadas. Podem ser citados o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que data do ano de 2007, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), de 2010, e a lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas). O REUNI, a título de exemplo, foi executado em três fases, entre 2003 e 2012, conseguindo ainda em 2010, aumentar de 114 para 237 o número de municípios atendidos por Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com criação de quatorze novas instituições e 100 novos campi (BRASIL, 2010).

Já a taxa de estudantes matriculados na rede de ensino federal teve um aumento de 34% entre 2010 e 2020 segundo dados do Censo da Educação Superior de 2020, o que comprova a importância das políticas elencadas anteriormente (BRASIL, 2020). Após esse expressivo processo de expansão, que envolveu a interiorização das IFES e promoveu o acesso de camadas mais vulneráveis socioeconomicamente da sociedade, evidenciou-se a necessidade de aporte financeiro adequado em políticas públicas que garantam não só o acesso, mas, igualmente, a permanência dos estudantes nesse ambiente, bem como a possibilidade de transformação da realidade desses indivíduos. Nesse tocante, é necessário falar sobre a Assistência Estudantil que, enquanto política pública, pode ser conceituada como um "processo contínuo de ações e políticas que promovam, não somente a democratização do acesso ao ensino superior, mas também a permanência e conclusão dos cursos aos estudantes de baixa condição socioeconômica" (FONAPRACE, 2012, p. 62). De acordo com Dutra e Santos (2017, p. 148), "a regulamentação da assistência estudantil em âmbito governamental, admitindo-a como uma política pública, é um fato relativamente recente". O fato exposto pelos autores pode ser comprovado pela recente edição do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que conta apenas com doze anos.

Diante o exposto, nota-se que a Assistência Estudantil é uma política pública, dessa maneira, é correto esperar que sua condução seja feita seguindo todas as etapas do Ciclo de Políticas Públicas. Esse ciclo, por sua vez, contém um modelo que perpassa por sete fases: “(1) identificação do problema, (2) formação da agenda, (3) formulação de alternativas, (4) tomada de decisão, (5) implementação, (6) avaliação e (7) extinção” (SECCHI, 2014 *apud* BRANDT; LAVARDA; LOZANO, 2017, p. 68). Assim, avaliar uma política faz parte do processo e “os conhecimentos produzidos pela área de políticas públicas vêm sendo largamente utilizados por pesquisadores, políticos e administradores que lidam com problemas públicos em diversos setores de intervenção” (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019, p. 12).

Historicamente, no Brasil, a preocupação está mais voltada para a formulação e implementação de políticas e não para sua avaliação. O que ajuda a sustentar esta afirmação, no âmbito da Assistência Estudantil, é o Relatório de Consolidação dos Resultados das Gestões do Plano Nacional de Assistência Estudantil (2016) produzido pela Controladoria Geral da União (CGU). O relatório foi produzido a partir das auditorias realizadas em cinquenta e oito universidades federais, entre 2015 e 2016, em que se analisou diversos aspectos em relação à condução do PNAES por cada instituição. Um desses aspectos foi a avaliação dos resultados do programa no qual apenas 10,3% das universidades auditadas mantinham algum tipo de avaliação consistente. Nesse sentido, é de suma importância que as políticas públicas sejam monitoradas e avaliadas como instrumento de melhoria da gestão pública. Verificar se o recurso público está sendo empregado corretamente e atingindo o propósito para o qual a política foi desenhada é obrigação não só dos gestores, mas, também, da população que desde a promulgação da Constituição Republicana de 1988 foi investida de diversos mecanismos de controle social (REIS JÚNIOR; MAIA, 2011). Lima e Mendes (2020, p. 202, *grifos dos autores*) elucidam que “o conceito de avaliação de políticas, conhecido na literatura internacional de ‘*policyevaluation*’, está fundamentado nos resultados (impactos) das ações perante aos objetivos propostos na fase do planejamento”. Ramos e Schabbach (2012, p. 1272) destacam que “a avaliação é um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão, do controle social sobre a efetividade da ação do Estado, esse último instrumentalizado pela divulgação de resultados das ações de governo”. As autoras também apresentam uma consolidação dos tipos de avaliação agrupadas em *interna, externa, mista e participativa* com relação a quem participa e avalia a política; *formativas e somativas*, com relação a natureza, onde as formativas estão ligadas com a formação do programa e as somativas se dedicam a produção de informações e análise das fases posteriores; *ex ante ex post*, que diz respeito ao momento da avaliação; *processual*, ligadas a implementação da política e *resultados e impactos*, que diz respeito a se o programa funcionou ou não. Estas três últimas estão ligadas ao tipo de problema que se deseja responder (RAMOS; SCHABBACH, 2012).

Costumeiramente, no Brasil, os trabalhos são voltados para as avaliações *ex post* (COSTA e CASTANHAR, 2003). Coadunando com essa prática, em 2018, a Casa Civil em parceria com o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), o Ministério da Fazenda (MF), o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), lançaram o segundo volume da publicação “Avaliação de Políticas Públicas: Guia prático de análise *ex post*”. Neste guia, referenciando as melhores práticas internacionais de avaliação, foi apresentado que o primeiro passo desejável é a realização de uma avaliação executiva (onde o avaliador busca um “panorama geral da política, a análise do problema que esta pretende combater, quais são suas atividades e produtos e seus resultados e impactos, entre outros pontos” (BRASIL, 2018, p. 30). Após a realização desta, pode-se aprofundar os diagnósticos realizados basicamente por mudança de conjuntura ou para verificar os diagnósticos anteriores. Para esse aprofundamento, após avaliação executiva, foram apresentadas as abordagens de avaliação sintetizadas à frente:

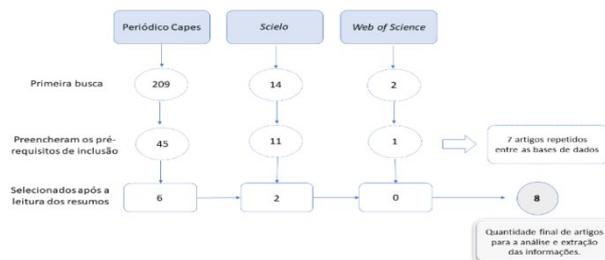
Portanto, o objetivo do presente estudo é sistematizar o conhecimento a respeito das abordagens utilizadas para avaliar as ações de assistência estudantil financiadas pelo PNAES, com a intenção de compreender os aspectos relacionados à avaliação de políticas públicas. Ao mesmo tempo, este artigo busca divulgar o conhecimento científico não só ao corpo acadêmico, mas, igualmente, a comunidade externa à universidade.

## MATERIAL E MÉTODOS

Realizou-se de uma Revisão Integrativa (RI) da literatura como método de pesquisa, seguindo-se as etapas delimitadas por Mendes, Silveira e Galvão (2019), vide excerto em destaque:

- identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa [...];
- estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos/amostragem ou busca na literatura;
- definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados [...];
- avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa;
- interpretação dos resultados;
- apresentação da revisão/síntese do conhecimento (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2019, p. 761-763).

No presente estudo, buscou-se responder às seguintes questões norteadoras: quais as abordagens avaliativas vêm sendo utilizadas nas instituições de ensino superior federais no âmbito da Assistência Estudantil? Como as instituições federais de ensino superior estão avaliando as ações de assistência estudantil financiadas com PNAES? Postulou-se que a seleção das publicações ocorreria nas seguintes bases de dados: Periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Periódico Capes), *Scientific Electronic Library Online* (sciELO) e *Web of Science*. Os descritores utilizados na pesquisa foram: *avaliação e assistência estudantil*. É importante ressaltar que manuseou-se a ferramenta de busca avançada dos repositórios supramencionados. Consideraram-se os seguintes critérios de inclusão: artigos completos em português, revisados por pares, disponíveis *on-line*, de livre acesso, publicados entre 01 de janeiro de 2017 a 16 de junho de 2022. As buscas nas bases de dados foram realizadas na primeira quinzena de junho de 2022. No que tange à temática, salienta-se que os artigos deveriam abordar algum tipo de avaliação realizada nas ações de assistência estudantil financiadas pelo PNAES, sendo excluídos da amostra deste estudo os textos que se repetiram nas bases de dados e os trabalhos que versavam sobre outros assuntos. Em síntese, durante esse processo, foram selecionados duzentos e vinte e cinco artigos. No passo seguinte, com a aplicação dos filtros relativos aos critérios de inclusão, reduziu-se os resultados a cinquenta textos científicos, uma vez que havia a repetição de trabalhos internamente e externamente nas bases. De modo seguinte, realizou-se a leitura dos resumos dos artigos com foco em selecionar aqueles que tratavam da temática pretendida, o que resultou na seleção de oito publicações para o andamento da revisão e exclusão dos demais que, embora tenham relação com as palavras utilizadas na busca, focavam em outras fases do ciclo das políticas ao invés da fase de avaliação em si. A metodologia utilizada para se chegar no resultado desta RI está representada no esquema abaixo:



Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Figura 1. Diagrama de fluxo do modelo de escolha dos artigos do estudo

**Quadro 1. Abordagens de avaliação segundo o Guia Prático de análise *ex post***

Possíveis abordagens	Breve síntese
<i>Análise de diagnóstico do problema</i>	“Na etapa de avaliação <i>ex post</i> , o problema identificado já está sendo ‘tratado’, e cabe novamente verificar se o diagnóstico anterior estava correto, pois o problema pode não ter sido alterado nos casos em que a demanda por intervenção advém de outras origens. Por exemplo, quando novas evidências são apresentadas de modo a modificar a teoria anteriormente estabelecida entre o problema e suas causas”(BRASIL,2018, p. 31).
<i>Avaliação de desenho</i>	“Esta permitirá que o desenho planejado inicialmente seja confrontado com a experiência prática de implementação da política, o que gera informações e recomendações para retroalimentar o desenho da política e, conseqüentemente, aprimorar a sua gestão e os seus resultados” (BRASIL, 2018, p. 31).
<i>Avaliação de implementação</i>	“[...] identifica se a execução das políticas públicas vem ocorrendo conforme os normativos existentes e o desenho estabelecido – observando a entrega adequada de produtos e que estes estejam sendo feitos para o público elegível –; a existência de eventuais forças e fraquezas que possam interferir na execução das políticas públicas; bem como o espaço para melhoria na aplicação dos recursos que geram os produtos e os bens entregues à sociedade”(BRASIL, 2018, p. 31).
<i>Avaliação de governança da política pública</i>	“[...] diz respeito à análise das estruturas, das funções, dos processos e das tradições organizacionais para garantir que as ações planejadas (políticas) sejam executadas de tal maneira que atinjam seus objetivos e resultados de forma transparente. Busca, portanto, maior efetividade (produzir os efeitos pretendidos) e maior economicidade (obter o maior benefício possível da utilização dos recursos disponíveis) das políticas”(BRASIL, 2018, p. 32).
<i>Avaliação de resultados</i>	“[...] ajuda a responder se, primeiro, há variáveis de resultados e de impactos da política definidas, mensuráveis e disponíveis; segundo, se há evidências de que esses resultados estão sendo alcançados ao longo do tempo e se estão em linha com os planejamentos anteriormente estabelecidos pela política e pelos instrumentos de planejamento macro e setoriais. Essa avaliação de resultados se debruça sobre os indicadores que foram utilizados para a construção das metas”(BRASIL, 2018, p. 32).
<i>Avaliação de impacto</i>	“Trata-se do tipo de avaliação que busca demarcar, na vida dos beneficiários, a diferença atribuída à política de forma inequívoca. Diferentes métodos podem ser utilizados para verificar os impactos de forma mais robusta. Cada política pública se insere em determinado contexto que implica o emprego de um método específico de avaliação de impacto”(BRASIL, 2018, p. 33).
<i>Avaliação econômica ou retorno econômico e social</i>	Responde “sobre o retorno econômico e social da política, ou seja, se os benefícios estimados com a política justificam a sua execução ou até mesmo a sua expansão” (BRASIL, 2018, p. 34).
<i>Análise de eficiência</i>	“[...] abordagem que utiliza metodologias estatísticas e econométricas, como a fronteira estocástica e a análise envoltória de dados, para mensurar a eficiência técnica dos gastos setoriais e temáticos. Uma parte substancial das políticas do governo federal se dá com repasse de recursos aos entes subnacionais; cabe identificar e analisar se estamos obtendo a combinação ótima de insumos e produtos. Em outras palavras, se os resultados alcançados pela política poderiam ser obtidos a um custo menor” (BRASIL, 2018, p. 34).

**Quadro 2. Extração das informações de interesse dos estudos selecionados**

<b>Artigo 1</b>	<i>Acesso e permanência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Realeza/PR</i>
<b>Autores/ Ano/ Base de dados/ País</b>	Aline Juliana Scher; Edson Marques Oliveira/2020/ Periódicos Capes/Brasil
<b>Nível de evidência/ Delineamento do estudo/n</b>	Nível VI/ Estudo de caso/ N. 572
<b>Resultados</b>	O estudo investigou documentos internos da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Realeza (UFFS-CR), a exemplo de relatórios, editais e históricos escolares de quinhentos e setenta e dois estudantes, particularmente aqueles que estiveram inseridos em programas de auxílios socioeconômicos, financiados pelo PNAES, entre os anos de 2010 e 2016. Dessa maneira, verificou-se a trajetória acadêmica dos estudantes assistidos, em seus respectivos cursos. Nesse viés, os dados foram organizados e tabulados para tratamento estatístico, o que permitiu a aferição dos índices de permanência e conclusão dos discentes inscritos nos programas de assistência estudantil da universidade.
<b>Síntese das conclusões</b>	O trabalho em pauta constatou que há índices de permanência em 48,6% dos casos, enquanto a porcentagem relativa à conclusão de curso chegou a 26%. Esses dados demonstram que os objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil estão sendo alcançados por 74,6% dos estudantes assistidos. Segundo os autores, o nível de permanência é alto, uma vez que “56% dos estudantes assistidos que permanecem com matrícula ativa no Campus apresentam reprovações que levam à retenção no curso, ampliando seu tempo de permanência na instituição” (SCHER; OLIVEIRA, 2020, p. 21). Esses, ainda, ressaltam que a “assistência estudantil, implementada essencialmente pela via do auxílio financeiro, não apresenta condições suficientes para a atenção às diferentes dificuldades apresentadas pelo corpo discente” ( <i>ibidem</i> 2020, p. 23).
<b>Artigo 2</b>	<i>Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários</i>
<b>Autores/ Ano/ Base de dados/ País</b>	Ana Maria Jung de Andrade; Marco Antônio Pereira Teixeira/ 2017/Periódicos Capes/Brasil
<b>Nível de evidência/ Delineamento do estudo/n</b>	Nível VI/ Estudo descritivo, quantitativo e documental/ N. 1.457

Continue ....

Resultados	De acordo com os autores, o objetivo deste trabalho foi “relacionar à intenção de permanência, o desempenho acadêmico e a percepção de desenvolvimento psicossocial com as áreas do PNAES” (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017, p. 512). No tocante às variáveis de interesse, é salientado que elas “foram avaliadas utilizando um questionário elaborado para identificar características sociodemográficas e acadêmicas, e escalas criadas a partir da literatura. Dados adicionais foram coletados no Sistema Acadêmico da instituição” ( <i>ibidem</i> 2017, p. 517). Outro ponto importante é de que “os dados foram importados para o programa eletrônico StatisticalPackage for the Social Sciences (SPSS) para realização das análises estatísticas” ( <i>ibidem</i> 2017, p. 518). É preciso apontar que foram investigados novecentos e quarenta e dois casos neste estudo.
Síntese das conclusões	Os resultados apontaram para “escores altos nas variáveis Intenção de permanecer no curso (3,69 em uma escala de 1 a 4) e percepção de Desenvolvimento Psicossocial (4,36 em uma escala de 1 a 5); [enquanto o] desempenho Acadêmico apresentou um resultado mediano, em torno de nota 7 (em uma escala de 0 a 10). Na percepção de satisfação com as áreas do PNAES, os escores observados variaram de 2,68 a 4,05 (em uma escala de 1 a 5), revelando uma tendência de os estudantes estarem ao menos medianamente satisfeitos com os aspectos avaliados [...]” ( <i>ibidem</i> 2017, p. 518-519). Feito isso, os autores perceberam que os resultados indicavam correlações baixas ou inexistentes a respeito das variáveis alvo com as áreas do PNAES.
Artigo 3	<i>Avaliação da eficácia do programa de auxílio estudantil em um câmpus de universidade federal brasileira</i>
Autores/ Ano/ Base de dados/ País	Rosângela Wojdela Cavalcanti; Vanessa Ishik Rasoto/2018/ Periódicos Capes/Brasil
Nível de evidência/ Delineamento do estudo/n	Nível VI/ Estudo de caso/ N. 22.113 (primeira fonte); N. 2.195 (segunda fonte)
Resultados	Este artigo, intentou realizar um estudo de caso, no qual foram coletados dados do sistema acadêmico da instituição e do programa e auxílio de uma universidade federal brasileira. A primeira fonte de coleta abrangeu, originalmente, registros referentes à estudantes ingressos de 2000 até o primeiro semestre letivo de 2015. A segunda fonte foi composta de documentos eletrônicos, na forma de planilhas, que registravam as bolsas concedidas no âmbito do programa de auxílio estudantil do campus. A saber, o <i>corpus</i> se constituiu de dois mil e quinhentos e noventa e cinco documentos relacionados à estudantes bolsistas. A partir dos resultados, construiu-se um sistema de indicadores-chaves e complementares. Os indicadores-chave eleitos foram o <i>coeficiente acadêmico comparativo</i> , expressão do desenvolvimento acadêmico, e, a <i>evasão comparativa</i> , oposto da permanência. No primeiro indicador-chave foi aplicado o referido teste-t de Student.
Síntese das conclusões	Mediante esta pesquisa, verificou-se que os estudantes bolsistas do programa apresentaram coeficiente acadêmico, em média, 10,5% melhor que os não-bolsistas. Essa diferença é mais perceptível nos cursos de Licenciatura, com 29,78%, e menor nos de Engenharia, com apenas 3,9%. Os alunos bolsistas apresentaram uma média de 37,08% menor que aqueles não-bolsistas. Em síntese, comprovou-se “a superioridade dos coeficientes acadêmicos dos estudantes bolsistas em relação aos não bolsistas, bem como uma taxa de evasão inferior dos bolsistas em relação aos demais estudantes do câmpus” (CAVALCANTI; RASOTO, 2018, p. 231).
Artigo 4	<i>Avaliação da eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil para permanência de cotistas na Universidade Federal da Paraíba</i>
Autores/ Ano/ Base de dados/ País	Geórgia Dantas Macedo; Swamy de Paula Lima Soares/2020/ SciELO/Brasil
Nível de evidência/ Delineamento do estudo/n	Nível VI/ Estudo exploratório com abordagem qualitativo e documental/ N. 211
Resultados	Nesta pesquisa, os autores avaliaram “a eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil para a permanência de cotistas nos cursos de graduação da Universidade Federal da Paraíba no período de 2012 a 2016 [...]” (MACEDO; SOARES, 2020, p. 439). Para isso, caracterizaram “o perfil dos estudantes cotistas com PNAES a partir das dimensões de qualidade da permanência, gestão dos recursos e relação entre demanda e benefícios [...]” ( <i>ibidem</i> 2020, p. 441). É necessário destacar, que os autores realizaram “a pesquisa documental em fontes disponibilizadas pela UFPB e pelo Portal da Transparência do Governo Federal (BRASIL, 2017), focalizando nos dados referentes à assistência estudantil e alunos ingressantes através das cotas na instituição. [Assevera-se, igualmente, que os dados coletados discorriam a respeito da] “situação acadêmica de uma amostra de 211 (duzentos e onze) estudantes que ingressaram na instituição, através do sistema de cotas nesse período, e que receberam benefícios do PNAES em 2016” ( <i>ibidem</i> 2020, p. 442).
Síntese das conclusões	A luz dos autores, evidenciamos que “os resultados mostraram a eficácia do programa quanto à qualidade da permanência dos cotistas assistidos, entretanto, este não atingiu plenamente os objetivos nas demais dimensões” ( <i>ibidem</i> 2020, p. 439). Mais detalhadamente, a investigação expôs que: “96% (noventa e seis por cento) dos discentes que ingressaram pelo sistema de cotas e que foram atendidos pelo PNAES permanecem nos cursos de Graduação da UFPB, comprovando a relevância do Programa quanto aos seus objetivos de reduzir os índices de evasão na educação superior”; enquanto “69% (sessenta e nove por cento) da amostra da pesquisa apresentou o [Coeficiente de Rendimento Acadêmico] CRA igual ou superior a sete” ( <i>ibidem</i> 2020, p. 447-448). Neste mesmo trecho referenciado, os pesquisadores apontam que “o PNAES está contribuindo para a permanência com sucesso dos estudantes que ingressaram através das cotas”. Inclusive, em outro excerto, eles afirmam que “do total da amostra, 90% (noventa por cento) têm previsão de conclusão dentro do mínimo de períodos do curso, e 10% (dez por cento) deverão cursar até dois períodos acima do mínimo exigido pela sua respectiva graduação [...]. Em síntese, a avaliação sobre a qualidade da permanência dos cotistas assistidos pelo PNAES corrobora para a profícua contribuição deste programa com a permanência exitosa na educação superior” ( <i>ibidem</i> 2020, p. 449).
Artigo 5	<i>Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo</i>
Autores/ Ano/ Base de dados/ País	Juliana Garcia Cespedes; Maria Angélica Pedra Minhoto; Suzana Cristina Pereira de Oliveira; Anderson da Silva Rosa/ 2021/ SciELO/Brasil
Nível de evidência/ Delineamento do estudo/n	Nível VI/ Estudo de caso/ N. 13.402
Resultados	O objetivo deste artigo foi investigar o Programa de Auxílio Para Estudantes (Pape), da Universidade Federal de São Paulo, com a intenção de observar a eficácia e “os possíveis impactos [do programa] sobre o desempenho acadêmico [dos estudantes bolsistas]. Para tanto, são comparados a evasão e os coeficientes de rendimento entre os participantes do Pape e os não participantes com perfil de renda igual”, consoante Cespedes, Minhoto e Rosa (2021, p. 1067). A respeito dos dados utilizados, esses referem-se aos ingressantes na Unifesp, entre 2012 e 2016. Como método, os autores dividiram os discentes em dois grupos, visto que eles pretendiam comparar a diferença e o impacto do Pape naquele grupo beneficiado pelo programa.

Continue ....

Síntese das conclusões	Frise-se, à frente, o excerto no qual os pesquisadores indicam os dados obtidos por intermédio do estudo: “os resultados mostram que, entre os participantes do Pape, o percentual de evadidos é menor e que o coeficiente de rendimento é maior e menos disperso. Conclui-se que o programa tem sido eficaz para garantir a permanência de estudantes vulneráveis e para promover condições de melhor desempenho acadêmico, porém, para preservá-lo, seria preciso ampliar seus recursos e transformar o Pnaes em política de Estado” ( <i>ibidem</i> 2021, p. 1067).
Artigo 6	<i>Bolsa Permanência na UFMS: novas configurações e velhos desafios</i>
Autores/ Ano/ Base de dados/ País	Felipe Vieira Gimenez; Carina Elisabeth Maciel/ 2018/ Periódico Capes/ Brasil
Nível de evidência/ Delineamento do estudo/n	Nível VI/ Estudo exploratório com natureza bibliográfica e documental/ N. 77
Resultados	Neste texto, os estudiosos objetivaram analisar “a percepção dos estudantes sobre a ação ‘Bolsa Permanência’ na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS, <i>campus</i> Campo Grande, como estratégia para favorecer a permanência nos cursos de graduação presencial” (GIMENEZ; MACIEL, 2018, p. 215, <i>grifo dos autores</i> ). Durante a leitura do artigo, percebe-se que “a fonte de dados da pesquisa documental foi o banco de dados da instituição, no qual foram levantados, sistematizados e analisados os seguintes documentos: resoluções, leis, decretos, portarias, relatório parcial e anual, relatório de gestão, PDI e, especialmente, (77) formulários de avaliação final da bolsa permanência, preenchidos pelos bolsistas, referentes aos anos 2014 e 2015” ( <i>ibidem</i> 2018, p. 216). Esses, por sua vez, ainda, destacam que “considerando especificamente a ação bolsa permanência na UFMS, as respostas indicadas nos formulários de avaliação expressam as percepções dos estudantes bolsistas com relação ao recebimento das bolsas e à permanência em seus respectivos cursos de graduação. Assim, a investigação se fundamentou na leitura atenta do formulário de avaliação final da ação Bolsa Permanência UFMS, de preenchimento do bolsista” ( <i>ibidem</i> 2018, p. 23).
Síntese das conclusões	Nos dizeres dos pesquisadores ( <i>ibidem</i> 2018, p. 232-233), “o estudo apontou elementos internos que favorecem a permanência do estudante, como a maior participação em eventos científicos, contato com atividades relacionadas à escolha de sua profissão, compra de materiais didáticos e participação em eventos científicos. De mesmo modo, apontou elementos que não favorecem a permanência, quais sejam: valor baixo da bolsa; inexistência de um programa de moradia que atenda a estudantes de outras cidades e estados; burocratização dos processos de seleção; demora no recebimento do primeiro pagamento; descontinuidade das ações desse tipo e falta de maior incentivo à pesquisa”. Consoante ao segundo gráfico apresentado na pesquisa, 69% dos bolsistas consideravam “a Bolsa Permanência uma ação que propicia a permanência e a conclusão do curso”, ao tempo que 31% das respostas indicavam que havia uma parcialidade ( <i>ibidem</i> 2018, p. 227). Para além disso, “os resultados indicam que a bolsa permanência, vinculada à política de assistência estudantil na UFMS, constituiu estratégia política que favorece, mas não garante, a permanência dos estudantes no campus universitário por meio de bolsas e auxílios financeiros concedidos no âmbito da ação Bolsa Permanência” ( <i>ibidem</i> 2018, p. 215).
Artigo 7	<i>Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro</i>
Autores/ Ano/ Base de dados/ País	Sandy Andreza de Lavor Araújo; Wagner Bandeira Andriola; Sueli Maria de Araújo Cavalcante; Denise Maria Moreira Chagas/ 2019/ Periódicos Capes/Brasil
Nível de evidência/ Delineamento do estudo/n	Nível VI/ Estudo de caso/ N. 13.402
Resultados	Este trabalho teve o objetivo de “descrever a realidade da permanência estudantil no ensino superior no [Instituto Federal do Ceará] IFCE <i>campus</i> Iguatu, a partir da realidade dos estudantes usuários do programa de auxílios pecuniários da Política de Assistência Estudantil” e seu impacto, segundo Araújo <i>et al.</i> (2019, p. 724, <i>grifo dos autores</i> ). Esses, complementam que recorreram “à pesquisa documental, tendo como objeto as normas que regulam a Assistência Estudantil em âmbito nacional, regional e local, bem como pesquisa de campo, no âmbito do sistema acadêmico e no setor de Serviço Social do <i>campus</i> ” ( <i>ibidem</i> 2019, p. 725). Após categorizar os conceitos de permanência (matriculado, concludente e egresso) e não-permanência (matrícula cancelada, abandonada ou trancada), os autores realizaram a “análise comparativa entre os beneficiários dos três principais tipos de auxílios no período de 2011 a 2015, em relação à realidade geral dos estudantes não beneficiários” ( <i>ibidem</i> 2019, p. 726).
Síntese das conclusões	Para os autores ( <i>ibidem</i> 2019, p. 739): “considerando os grupos dos beneficiários e dos não beneficiários, observou-se que as melhores taxas de permanência foram dos alunos beneficiários da Assistência, em todos os cursos”. Além disso, neste estudo, foi possível constatar que “os estudantes beneficiários da Assistência Estudantil permaneceram mais do que os estudantes não beneficiários” ( <i>ibidem</i> 2019, p. 739). Isso posto, observaram que “a taxa de permanência entre beneficiários por curso, supera inclusive a taxa geral de permanência que é 41, 7%” ( <i>ibidem</i> 2019, p. 740).
Artigo 8	<i>Monitoramento e avaliação da assistência ao estudante universitário: o caso do Programa de Residência Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco</i>
Autores/ Ano/ Base de dados/ País	Rafael Cipriano de Souza; Maria Aparecida Tenório Salvador da Costa/ 2020/ Periódicos Capes/ Brasil
Nível de evidência/ Delineamento do estudo/n	Nível VI/ Estudo de caso/ N. 52
Resultados	Esta última pesquisa, verificou “o Programa de Residência Universitária para Graduação (Prug) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), com o propósito de identificar os mecanismos utilizados pela gestão universitária para monitorá-lo e avaliá-lo, relacionando a importância desses procedimentos para garantia do direito à Educação Superior”, consoante Souza e Costa (2020, p. 362). Por essa razão, os autores decidiram coletar os dados por intermédio de análise documental e realização de entrevistas semiestruturadas a Coordenadoria de Gestão de Residência Universitária e a Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão, bem como, aplicação de questionários a cinquenta e dois estudantes da graduação atendidos pela Residência. De acordo com os idealizadores da investigação em pauta, “as informações apreendidas foram tratadas com base na Análise de discurso, permitindo ao pesquisador fazer inferências de ordem qualitativa” ( <i>ibidem</i> 2020, p. 362).
Síntese das conclusões	A taxa de Sucesso dos cursos de Graduação, calculada entre 2016 e 2017, era de cerca de 80%, enquanto a taxa da instituição era de 30% no mesmo período, entre os estudantes atendidos pela Assistência Estudantil. Na verdade, julga-se que a comparação tem baixo índice de confiabilidade, pois a forma de calcular a taxa é diferente entre os atendidos e não atendidos, ao passo que não há uma série histórica para esse índice. Quando questionados, os discentes responderam que “o Programa de Residência vem cumprindo o objetivo de garantir a permanência do estudante até o término da graduação. Nesse sentido, cerca de 84,6% da amostra responderam positivamente. Dentre os que afirmaram que o Prug não tem atingido o seu objetivo (aproximadamente 5,8% da amostra) e os que não souberam informar (por volta de 9,6% da amostra)”, conforme indicam os autores ( <i>ibidem</i> 2020, p. 377).

Para extração e transcrição das informações dos artigos selecionados em sua língua nativa, “utilizou-se uma adaptação do Protocolo Ursi (2005) para retirada das informações de interesse, a saber: título do artigo, autoria, ano de publicação, base de dados, país de origem, amostra (n), nível de evidência, delineamento do estudo, resultados e síntese das conclusões”<sup>1</sup>, consoante Cândido e Almeida (2021, p. 302). Para a atribuição dos níveis de evidência, empregou-se a seguinte categorização:

Nível I - evidências oriundas de revisão sistemática ou meta-análise de todos relevantes ensaios clínicos randomizados controlados ou provenientes de diretrizes clínicas baseadas em revisões sistemáticas de ensaios clínicos randomizados controlados; Nível II - evidências derivadas de pelo menos um ensaio clínico randomizado controlado bem delineado; Nível III - evidências obtidas de ensaios clínicos bem delineados sem randomização; Nível IV - evidências provenientes de estudos de coorte e de caso-controle bem delineados; Nível V - evidências originárias de revisão sistemática de estudos descritivos e qualitativos; Nível VI - evidências derivadas de um único estudo descritivo ou qualitativo; Nível VII - evidências oriundas de opinião de autoridades e/ou relatório de comitês de especialistas (MELNYK; FINEOUT-OVERHOLT, 2005 *apud* CÂNDIDO; ALMEIDA, 2021, p. 302). Interpreta-se, a partir da proposta de categorização dos autores, amplamente utilizada na área da saúde, que os estudos científicos sofrem grande variação quanto ao seu nível de indicador científico. Por essa perspectiva, as pesquisas do nível I tem o mais alto grau de evidência, sendo resultados de revisões e meta análises de ensaios clínicos randomizados, enquanto o nível 7 é constituído de investigações baseadas em opiniões. Em outros dizeres, acredita-se que nesta última categoria os trabalhos estão mais propensos a serem atravessados pelas crenças, ideologias e ideais daqueles que o escrevem. Dito isso, será exposto, na seção seguinte, o nível de cada texto, uma vez que, nãoalmejademonstrar apenas as metodologias que estão sendo utilizadas para avaliação da política de assistência nas IFES, mas, também, apresentar os níveis de evidência dos estudos selecionados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme postulado na seção anterior, foram coletados e analisados oito artigos para elaboração da presente RI, que conseguiram responder às questões norteadoras deste estudo, bem como atenderam plenamente aos critérios de inclusão delimitados previamente. Observou-se as seguintes prevalências em bases de dados e coleção de biblioteca virtual: *Periódicos Capes* (8/75%), *SciELO* (2/25%) e *Web of Science* (0/0%). Em relação ao ano, verificou-se a seguinte distribuição nos anos de 2022 (1/12,5%), 2020 (3/37,5%), 2019 (1/12,5%), 2018 (2/25%) e 2017 (1/12,5%). Os artigos selecionados foram produzidos no Brasil (8/100%). Com relação ao tema dos estudos, verificou-se que todos dedicaram-se a algum tipo de avaliação de ações de Assistência Estudantil financiadas pelo PNAES. A respeito da análise do nível de evidência, destaca-se que os trabalhos inventariados se enquadraram no nível VI, que trata de evidências derivadas de um único estudo descritivo ou qualitativo. Identificou-se, mediante as análises dos resultados seis das oito instituições onde as pesquisas foram realizadas, sendo elas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade Federal da Paraíba (UFP), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Houve então, representação de quatro grandes regiões do Brasil, com exceção da região Norte. Verificou-se que essa lista de instituições não converge com as instituições que Relatório de Consolidação dos Resultados das Gestões do Plano Nacional de Assistência Estudantil (2016) produzido pela CGU apontou como tendo mecanismos de monitoramento e avaliação já em prática. Isso, por sua vez, demonstra que trabalhos na

área de avaliação vêm sendo desenvolvidos no âmbito acadêmico, posteriormente à publicação do relatório. Por esse prisma, é imprescindível que esses trabalhos gerem produtos para essas IFES como indicadores ou metodologias de avaliação institucionais. A totalidade das pesquisas analisadas foram desenvolvidas em momento *ex post* sustentando o que traz a literatura sobre avaliação no Brasil retomando Costa e Castanhar (2003). Para efeito da classificação das tipologias de avaliação utilizando Ramos e Schabbach (2012) apurou-se pelo critério de quem avalia e quem participa da avaliação, que os estudos sintetizados foram predominantemente participativos (37,5%/artigos nº2,6 e 8) seguidos de internos (25%/artigos nºs4 e 5) mistos (25%/artigo nº3 e 7) e externos (12,5%/artigo nº1) ou seja, na metade das pesquisas, foi aferida a percepção dos discentes e/ou gestores locais da política por meio de questionários ou entrevistas. No critério da natureza da avaliação, apurou-se que a totalidade dos estudos pôde ser classificado como somativo, pois foram realizadas durante ou após a implementação da política e no critério de momento de realização da avaliação todos foram considerados *ex post* por serem realizados durante a execução dos projetos. Lima e Mendes (2020, p. 211-212), em um estudo das abordagens teórico-metodológicas utilizadas para avaliar o PNAES, afirmam que “os achados científicos ainda demonstram que as formas avaliativas do PNAES são voltadas geralmente para a realidade única e/ou local de alguma Instituição ou Campus específico”. Tal ponderação é reforçada na presente revisão, uma vez que os estudos coletados e analisados foram, em sua totalidade, desenvolvidos para a realidade de uma determinada instituição, ou seja, avaliando fenômenos no contexto acadêmico em que o estudo era realizado. Os resultados seguintes vão ao encontro com o demonstrado já que 62,5% (artigos nºs 1,3,4,7 e 8) dos estudos foram desenvolvidos em um único campus e 37,5% (artigos nºs 2, 5,e 6) realizados em múltiplos campi. A restrição no campo de estudo se mostrou uma limitação de todas as pesquisas avaliativas. Não foram encontrados estudos avaliativos onde confrontaram-se os resultados de uma instituição com outra de mesma região ou regiões diferentes. Enfatiza-se as limitações desta pesquisa, as quais consistiram no fato dos trabalhos relacionados tratarem da realidade específica de cada instituição. Nessa perspectiva, entende-se que esses resultados estão restritos aos contextos particulares de determinadas universidades e instituto sem a possibilidade de extrapolar e/ou ampliar esses resultados com segurança para a realidade de outras instituições. Ademais, outra barreira foi o número de artigos avaliados, pois é desejável um maior número de publicações que abrangessem mais abordagens de avaliação das políticas públicas em geral e particularmente para a assistência estudantil com maior nível de evidência científica. Os resultados encontrados nesta revisão convergem com o estudo apresentado por Queiroz e Capelari (2019), uma vez que esses autores afirmam que as evidências na literatura de avaliação de políticas apontam para menores índices de avaliação quando a política tem baixo grau de institucionalização. Se considerarmos que a política de assistência estudantil é hoje desenvolvida através de um programa oriundo de um decreto, percebe-se que um nível a mais de institucionalização - passando de decreto para lei - poderá favorecer as chances de que essa política passe por um processo mais adequado e padronizado de avaliação nas instituições de ensino superior que a executam. Por fim, se observou pela exposição dos resultados e conclusões constantes do quadro 1 que, cinco estudos (artigos nºs 3,4,5,7 e 8) foram capazes de demonstrar que a Assistência Estudantil vem contribuindo para a questão da permanência e diminuição da retenção e da evasão. À medida que os três textos acadêmicos restantes (artigos nºs 1, 2 e 6) comprovaram o cumprimento dos objetivos de forma parcial. Por fim, essas questões atestam a importância desta política pública, assim como incentivam sua continuidade e execução de forma correta, seguindo os parâmetros do ciclo avaliativo de políticas públicas, para que ela possa atingir seu resultado sendo extinta ou remodelada.

## CONCLUSÃO

O estudo em pauta identificou, por intermédio das buscas nas bases de dados, que as pesquisas no Brasil empregam de maneira hodierna as múltiplas abordagens, com aplicação, precipuamente, dos métodos

<sup>1</sup>Esta última questão será retratada no tópico *resultados e discussões* deste trabalho, particularmente no Quadro 2, nomeado de *Extração das informações de interesse dos estudos selecionados*.

qualitativos e quantitativos. Buscando responder à primeira pergunta norteadora, averiguou-se que, utilizando as classificações apresentadas na obra “Avaliação de Políticas Públicas: Guia prático de análise *ex post*”, em todos os trabalhos analisados, foi mencionada a realização da pesquisa documental, que consiste num levantamento de informações centrais a respeito da política, necessária para situar a condução da política naquela instituição. Este processo pode ser considerado análogo à etapa de avaliação executiva. Identificada a presença desta primeira fase em todos os estudos, partiu-se para a classificação de acordo com as abordagens avaliativas apresentadas no quadro 1. Verificou-se a presença da avaliação de resultado e da avaliação de impacto. Estas duas abordagens avaliativas debruçam-se em medir os efeitos de determinadas ações na realidade do público atendido pela política. Aferiu-se que 50% (artigos nºs 1, 2, 6 e 8) dos estudos analisados utilizaram a abordagem de avaliação de resultado, pois buscaram evidenciar se a política está tendo resultados bem como quais seriam estes. Os demais estudos (artigos nºs 3, 4, 5 e 7) utilizaram a abordagem de avaliação de impacto, pois preocuparam-se, de alguma forma, em medir se houve melhora na vida dos estudantes a partir da intervenção da política, em boa parte através da comparação de grupos formados por beneficiários e não beneficiários. Os resultados para a segunda questão norteadora, que se preocupou em averiguar como as IFES estão avaliando suas políticas de assistência estudantil mostraram que 50% (artigos nºs 1, 2, 3, e 5) das avaliações utilizaram algum tipo de tratamento estatístico com a intenção de reforçar a confiabilidade de seus achados e/ou uniformizar os grupos de tratamento/controle. Constatou-se, ainda, a presença de algum tipo de indicador para aferição do desempenho acadêmico dos discentes em 62,5% (artigos nºs 2, 3, 4, 5 e 8) dos estudos. Com relação às técnicas para coleta de dados observou-se a utilização de questionários, entrevistas e consulta à registros institucionais. Desse modo, a partir dos resultados obtidos, evidencia-se a relevância de estudos que sistematizem a produção acerca das abordagens de avaliação, na rede de ensino federal, a fim de guiar gestores e outros *stakeholders* interessados em realizar esta importante etapa do ciclo das políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

- Andrade, A. M. J. de, Teixeira, M. A. P. 2017. “Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários”. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 22(2), pp. 512-528.
- Araújo, S. A. de L., Andriola, W. B., Cavalcante, S. M. de A., Corrêa, D. M. M. C. 2019. “Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro”. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 24(3), pp. 722-743.
- Brandt, J. Z., Lavarda, R. A. B., Lozano, M-A. S. P. e L. 2017. “Estratégia-como-prática social para a construção da perspectiva de gênero nas políticas públicas em Florianópolis”. *Revista de Administração Pública*, 51(1), pp. 64-87.
- Brasil. Decreto Lei nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. *Casa Civil*, Brasília, DF, 24 abr. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 01 maio 2022.
- Brasil. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. *Casa Civil*, Brasília, DF, 19 jul. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 13 jun. 2022.
- Brasil. 2010. “Expansão”, in *Reestruturação e expansão das universidades federais (REUNI)*, Brasília: MEC. Disponível em: [http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=100&Itemid=81](http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81). Acesso em: 19 out. 2022.
- Brasil. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Casa Civil*, Brasília, DF, 29 ago. 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm). Acesso em: 30 jun. 2022.
- Brasil. 2016. “Relatório de consolidação dos resultados das gestões do Plano Nacional de Assistência Estudantil”. Brasília: Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.
- Brasil. 2018. “Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise *ex post* (volume 2)”. Brasília: Casa Civil da Presidência da República
- Brasil. 2020. “Censo da Educação superior 2020: divulgação dos dados”. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 16 out. 2022.
- Cândido, M., Almeida, E. 2021. “Perfil das ações judiciais de saúde: uma revisão integrativa”. *Enciclopédia biosfera*, 18(36), pp. 298-311.
- Cavalcanti, R. W., Rasoto, V. I. “Avaliação da eficácia do programa de auxílio estudantil em um câmpus de universidade federal brasileira”. *Educação: Teoria e Prática*, 28(58), pp. 320-338.
- Cespedes, J. G., Minhoto, M. A. P., Oliveira, S. C. P. de, Rosa, A. da S. 2021. “Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo”. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, 29(113), pp. 1067-1091.
- Costa, F. L. & Castanhar, J. C. 2003. “Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos”. *Revista de Administração Pública*, 37(5), pp. 969-992.
- Dutra, N. G. dos R., Santos, M. de F. de S. 2017. “Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções”. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, 25(94), pp. 148-181.
- Fornaprace. 2012. “O FONAPRACE e a Política de Assistência Estudantil em 2012: quem somos, onde chegamos e o que queremos”, in *Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares*, Uberlândia: PROEX, pp. 62-63.
- Gimenez, F. V., Maciel, C. E. 2018. “Bolsa Permanência na UFMS: novas configurações e velhos desafios”. *Eccos*, 47, pp. 215-236.
- Lima, W. A. S., Mendes, V. L. P. S. 2020. “Estudos sobre a avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil à luz das múltiplas abordagens teórico-metodológicas”. *Avaliação: revista da avaliação da educação superior*, 25(1), pp. 199-218.
- Macedo, G. D., Soares, S. de P. L. 2020. “Avaliação da eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil para permanência de cotistas na Universidade Federal da Paraíba”. *Avaliação: revista da avaliação da educação superior*, 25(2), pp. 439-457.
- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. C. P., Galvão, C. M. 2019. “Uso de gerenciador de referências bibliográficas na seleção dos estudos primários em revisão integrativa”. *Texto & Contexto Enfermagem*, 28, pp. 1-13.
- Queiroz, L. de F. N. de & Capelari, M. G. M. 2019. “Condições para avaliação de resultados em políticas públicas: um debate sobre o papel da institucionalidade”, in XLIII Encontro da ANPAD – EnANPAD.
- Ramos, M. P., Schabbach, L. M. 2012. “O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceitualização e exemplos de avaliação no Brasil”. *Revista de Administração Pública*, 46(5), pp. 1271-1294.
- Reis Júnior, P. B., Maia, L. 2011. “Transparência e visibilidade – premissas para o fortalecimento dos mecanismos de controle social”. *Revista Controle - Doutrina e Artigos*, 9(1), pp. 189-214.
- Secchi, L., Coelho, F. de S., Pires, V. *Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concurso*. São Paulo: Cengage Learning, 2019.
- Scher, A. J., Oliveira, E. M. 2020. “Acesso e permanência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul: Campus Realeza/PR”. *Avaliação: revista da avaliação da educação superior*, 25(1), pp. 5-26.
- Souza, R. C. de, Costa, M. A. T. S. da. 2020. “Monitoramento e avaliação da assistência ao estudante universitário: o caso do Programa de Residência Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco”. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, 28(107), pp. 362-385.